

JORNALISMO E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE: UM CONTRIBUTO PARA O DEBATE TEÓRICO

Patrícia Silveira¹

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho

ana_da_silveira@hotmail.com

Lidia Marôpo²

Universidade Nova de Lisboa e Universidade Autónoma de Lisboa

lidiamaropo@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como propósito refletir sobre a relação entre jornalismo e produção do conhecimento, partindo de um conjunto de disposições que, sob a influência da fenomenologia, permitem desenvolver uma “teoria da comunicação aplicada aos media jornalísticos” (Correia, 2009:1). Neste sentido, analisamos a relevância do jornalismo para a apreensão do quotidiano e do mundo, com base no desdobramento da noção de *construção social da realidade*. Esta visão construcionista possibilitou o abandono da perspectiva objetivista, que limitava os efeitos sociais dos media a questões de ordem comportamental, em prol do reconhecimento do papel da comunicação mediática para a cognição social.

Palavras-chave: jornalismo; conhecimento; construção social da realidade.

Abstract

This article aims to reflect on the relationship between journalism and the production of knowledge, based on a set of provisions which, under the influence of phenomenology, allow to develop a "communication theory applied to journalistic media" (Correia, 2009:1). In this sense, we analyze the relevance of journalism for worlds apprehension, based on the unfolding of the concept of *social construction of reality*. This constructionist view allowed the neglect of an objectivist perspective, limiting the social effects of the media on issues of behavioral order, in favor of the recognition of the role of media communication for social cognition.

¹ Licenciada em Ciências da Comunicação, pela Universidade do Minho. Atualmente, encontra-se a desenvolver os estudos de doutoramento e é investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho. A sua especialização é em educação para os media, mais concretamente, em literacia para as notícias. A sua pesquisa tem como objeto de estudo as crianças e as suas representações sobre a atualidade.

² Investigadora de pós-doutoramento no Cesnova/Universidade Nova de Lisboa e professora auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa. É autora dos livros *A Construção da Agenda Mediática da Infância* (Livros Horizontes, 2008) e *Jornalismo e Direitos da Criança: Conflitos e Oportunidades em Portugal e no Brasil* (Editora MinervaCoimbra, 2013). É também autora de diversos artigos científicos na área das ciências da comunicação.

Keywords: journalism; knowledge; social construction of reality.

1. Reconhecimento do jornalismo como construtor social da realidade

A necessidade de compreensão do presente é tão antiga como a própria humanidade, como Daniel Innerarity (2009) advoga. “O presente já não é algo que simplesmente se oferece ao nosso olhar, sem empenhamento teórico, interpretativo e antecipatório” (*idem*:8), tratando-se, antes, de algo inquietante e duvidoso que escapa à evidência imediata dos factos. Ao formular uma teoria da *sociedade invisível*, o autor procura interpretar filosoficamente o século XXI, perspetivando o verdadeiro sentido das coisas a partir das transformações do mundo atual. Na sua opinião, a sociedade é complexa e pauta-se pela falta de estruturação, mais do que pela coerência, tendo o discurso permanente sobre o risco vindo a salientar a ideia de que nos devemos habituar a viver próximos do caos. O afastamento entre o Homem e a sociedade é uma evidência, como sublinha, pelo que se cria uma sensação de “estranheza” (Innerarity, 2009:10), na qual aquela se torna cada vez mais invisível e opera através de possibilidades e sentidos.

Esta crítica à contemporaneidade já havia sido antecipada por Daniel Bell (1962), a propósito da discussão sobre a *sociedade de massas*. Para o sociólogo norte-americano, a cultura de massas é a grande responsável pelas mudanças no modo como os indivíduos se situam perante si mesmos, e a sociedade. Segundo refere, a revolução nos transportes e nas comunicações fomentou o individualismo, a cultura do *eu* e, como consequência, o indivíduo sente-se um estranho na sociedade, ao mesmo tempo que questiona os valores que lhe foram transmitidos pelas instituições tradicionais, como a família e a igreja. Perde o sentido coerente de si mesmo e vive imerso num fluxo constante de ansiedade e de incerteza (Bell, 1962).

Estes aspetos conduzem à necessidade de se repensar o conceito de realidade, considerado, para Innerarity (2009), demasiado imediato. Para o autor, esta não deve ser julgada levemente, sem grandes esforços de reflexão e de interpretação, ao invés, torna-se necessário compreendê-la além da sua aparência imediata. Contudo, reconhece

a existência de uma “espécie de dificuldade social das coisas que as torna inacessíveis ao conhecimento e à crítica, não pela sua própria natureza, mas pelo conjunto de disposições que a condiciona” (2009:41). Trata-se de uma realidade difícil de desconcertar, de desmontar, e de pressupostos que parecem ‘naturais`.

É neste ambiente controverso que os media se assumem como mecanismos ligados ao processo de socialização, com relevância para o sentido de ordem e de estabilidade necessários ao bom funcionamento das sociedades. Isto porque, além de providenciarem uma experiência partilhada, mantêm rituais essenciais desenhados para auxiliar os indivíduos na sua vida. Os media assumem-se como estabilizadores da ordem social, adquirindo um papel semelhante ao das instituições tradicionais, como a família, a escola ou a igreja (Silverblatt, 2004). Segundo Innerarity (2009:117), “as redes - de trânsito, de comunicação, de informação – são elementos essenciais de uma civilização que se expande multiplicando as relações possíveis e as dependências recíprocas de sujeitos espacial e socialmente afastados”. Significa isto que os meios de massas orientam a atenção dos indivíduos, oferecendo quadros estáveis para a regulação das relações de visibilidade e para a distribuição da atenção pública. Os meios suscitam e articulam a atenção do público, veiculando determinadas lógicas e fomentando o pensamento dominante. Contudo, o seu objetivo não é a imposição de opiniões, mas antes dar conta de temas sobre os quais é preciso ter opinião, ou seja, “realidades a atender” (Innerarity, 2009:140).

Nesta perspectiva, o discurso jornalístico ganha especial relevo, tendo uma relação mais direta com o debate sobre os processos de construção social da realidade. Podemos definir o jornalismo como uma forma de comunicação central para o discurso público, com conteúdo distinto e estatuto privilegiado em relação a outras formas de comunicação (McNair, 1998).

Três características do jornalismo promovem este “estatuto privilegiado” (McNair, 1998: 5). Primeiramente, a *exatidão* e a *veracidade* como valores prioritários, qualidades imbricadas no conceito de objectividade usado para legitimar o discurso noticioso. A *novidade* é outro valor fundamental das histórias e narrativas jornalísticas, segundo o qual os factos apresentados precisam de ser inéditos ou, pelo menos, a

interpretação destes factos precisa de ser nova. Por último, McNair (1998) fala do jornalismo como um discurso autoral e ideológico. Os factos são apresentados em torno de suposições, crenças e valores, como em qualquer outra narrativa humana. Neste sentido, refletem a ideologia de uma determinada visão de mundo, articulada de forma propositada (quando o proprietário de um jornal usa o seu poder para determinar uma linha editorial específica, por exemplo), ou como reflexo das forças sociais preponderantes na sociedade.

Com base nestas especificidades, Walter Lippmann e Robert Park, já em princípios do século XX, apresentavam os meios de comunicação, em particular os meios jornalísticos, como agentes de modelação do conhecimento e de socialização (Sousa, 2006: 211). Herdeiro desta perspetiva, Eduardo Meditsch, no artigo *O jornalismo é uma forma de conhecimento?* (1997), classifica três tipos de abordagens que resultam das várias interpretações feitas em torno da questão da relação entre jornalismo e conhecimento. Numa primeira fase, vivenciada sobretudo durante a era moderna - espelho da transformação da técnica e da vida humana -, o conhecimento era considerado um ideal abstrato, cabendo à ciência o seu alcance, tal como defendia a filosofia positivista. A ciência era o método do conhecimento, por excelência, pelo que não se admitia que o jornalismo pudesse ser considerado, a par desta, um campo de produção de conhecimento. Diferentemente, uma segunda abordagem situava o jornalismo como ciência menor, olhando para o conhecimento não como ideal a alcançar, mas como um dado concreto da vida diária, com o qual os indivíduos lidavam naturalmente. Para os defensores desta perspetiva, dos quais se destaca o já referido sociólogo e jornalista Robert Park, o jornalismo era considerado uma forma de conhecimento da realidade, situado entre as formas de saber do quotidiano e aquelas produzidas pela ciência, de foro sistemático e analítico.

Esta mudança de mentalidades surge na sequência de um conjunto de transformações culturais, tecnológicas, económicas e políticas, como a luta pela liberdade de opinião e pela livre circulação de ideias contra o absolutismo a imperar na Europa durante os séculos XVI e XVII (Anchieta, 2011). A expansão do jornalismo moderno é impulsionada, sobretudo, pela revolução industrial iniciada no século XVIII, na Inglaterra. A mecanização dos sistemas de produção, o aumento da qualificação nas

empresas e o crescimento da alfabetização, conduziram à ampliação da circulação da informação e, inevitavelmente, à necessidade de se estar informado. A imprensa expande-se, assim como o volume de tiragens dos jornais por edição (*idibem*). O jornalismo ganha protagonismo e passa a ser uma atividade indispensável.

É neste contexto que Park (1976) desenvolve os seus pressupostos teóricos apoiados por um ambiente favorável à aceitação e implementação da informação jornalística no quotidiano dos indivíduos. Tendo por base o pensamento do psicólogo William James, Park (1976) herda os conceitos de *conhecimento de* e de *conhecimento acerca de*, para explicar de que modo a notícia se situa num nível intermédio entre ambos. Assim, *conhecimento de* seria uma espécie de conhecimento adquirido no curso das experiências quotidianas, que se incorpora no hábito e no costume. É o conhecimento partilhado por todos e do qual os sujeitos não duvidam. Aquilo que habitualmente é chamado de senso comum. Já o *conhecimento acerca de* distanciar-se-ia das práticas quotidianas, tendo por base o saber racional, analítico e sistematizado, mais próximo da ciência. Afasta-se do saber do senso comum, porque se vincula a um saber especializado, aproximando-se da filosofia e da lógica, da história e das ciências naturais. O jornalismo, para Park (1976), situar-se-ia entre estes dois tipos de conhecimento, considerados formas de dizer e interpretar o real. Contudo, diferencia-se da ciência pelo facto de não se traduzir num saber sistemático, e afasta-se da história ao preocupar-se com acontecimentos isolados vinculados ao presente.

Uma terceira abordagem procura observar o jornalismo como modo de construção social da realidade, olhando para aquilo que o caracteriza na sua especificidade, ignorando a procura da diferença relativamente à ciência e à história. “Para esta terceira abordagem, o jornalismo não revela mais nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspetos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar” (Meditsch, 2002:3). Por outro lado, a ideia de que o conhecimento é fruto das relações intersubjetivas quotidianas, vinculado a um carácter cultural e histórico, desmistifica a noção da existência de uma verdade única e infalível, dando impulso à plausibilidade de reconhecimento do jornalismo como construtor social da realidade.

2. Aplicação das teorias fenomenológicas ao jornalismo

A noção de *construção social da realidade* abarca um conjunto de teorias e ideias que é necessário desdobrar, partindo da observação da experiência cultural de um ponto de vista fenomenológico (Correia, 2009). Foi primeiramente alvo de estudo de sociólogos, semióticos e filósofos, para quem a principal preocupação era perspetivar a significação e estruturação do mundo do sentido comum, do quotidiano, em cujos limites se desenrola a nossa experiência (Schutz, 1974).

Alfred Schutz (1974), filósofo e sociólogo dedicado à fenomenologia, explora os caminhos inerentes à construção do sentido do mundo partilhado, oferecendo um roteiro que auxilia a compreensão de como o mundo que é palco e matriz da ação social, se constrói com base nas experiências da vida quotidiana. Para o autor, a realidade social diz respeito ao conjunto de objetos culturais e institucionais que caracterizam o mundo no qual nos movemos. Como advoga, este “mundo da vida diária” ou “mundo do quotidiano” (1974:16), já existia antes da nossa aparição como espaço dotado de sentido e organizado, situado num horizonte de familiaridade e de conhecimento imediato, tendo origem em ações humanas que conduzem ao reconhecimento da “historicidade da cultura” (1974:41) encontrada nas tradições e costumes. Trata-se, no fundo, de uma realidade inquestionável e eminente, na qual o indivíduo vive as suas experiências com os seus semelhantes em relações de interação.

Mauro Wolf (1995), conhecido estudioso da área da comunicação, considera que a sociedade é o resultado e o produto das práticas realizadas e aplicadas pelos sujeitos, em que o contexto, a linguagem, a vida social e a ação se determinam reciprocamente. Para os agentes sociais, o mundo da vida quotidiana, conhecido em comum com outros, representa a cena de uma ordem social e moral na qual o indivíduo se coloca diariamente, e através da qual constrói significados válidos. Contudo, é necessário relevar o lugar da situação biográfica dos sujeitos, da sedimentação das suas experiências subjetivas, visto que a interpretação do mundo mais global depende destas. A transposição e a definição da realidade para o mundo dos sujeitos têm em conta os elementos significativos da sua memória biográfica. Segundo Schutz (1974:18), “ desde

a infância, o indivíduo continua a assimilar uma grande quantidade de receitas que utiliza como técnicas para compreender, ou controlar, aspetos da sua experiência”. A apreensão da realidade e conseqüente elaboração e consolidação do conhecimento só faz sentido se se tiver em conta a existência de uma “consciência intencional” (Correia, 2009:55) encontrada por detrás da experiência cognitiva, através da qual o mundo é apresentado aos sujeitos. Neste sentido, ao dar o feliz exemplo das coordenadas por que se guia a cartografia, Schutz (1974) refere que a experiência pessoal imediata é o ponto de partida para a definição do sistema de coordenadas que orienta o indivíduo no mundo maior em que está inserido.

Embora a experiência individual dos sujeitos seja fundamental para a compreensão e assimilação de aspetos do mundo global, para Schutz (1974) é necessário considerar o cenário social e intersubjetivo, palco da partilha de significados válidos para a vida diária e de construção de tipificações. Isto porque o mundo já existia antes da aparição dos sujeitos, como espaço dotado de significado e de sentido. Berger & Luckman, seguindo a linha de pensamento de Schutz, explicam o conceito de *institucionalização* como algo que ocorre sempre que há uma “tipificação recíproca de ações habituais por tipo de autores” (1994:79). Essas tipificações são partilhadas pelos membros do grupo social em questão, e a instituição tipifica os atores individuais e as suas ações, que serão expressas em padrões de conduta específicos. No entanto, para que se tornem habituais, é necessário reconhecimento ou aceitação. Trata-se da existência de uma relação de familiaridade com o mundo, de uma espécie de *atitude natural* - termo cunhado por Husserl - que faz com que os sujeitos se sintam à vontade perante a realidade que se lhes é apresentada (Berger & Luckman, 1994).

A noção de *tipificações* é trabalhada por Schutz para sustentar a crença dos sujeitos no mundo em que habitam. Tal como refere Correia (2009), as tipificações surgem como uma espécie de *a priori* social, anterior ao sujeito e do qual ele não duvida. “Na construção dessas tipificações, estamos perante uma *crystalização* da experiência que permite a estabilidade, preservando características para a solução das tarefas práticas apresentadas aos agentes sociais” (Correia, 2009:59). Assim, de acordo com este ponto de vista, a realidade é considerada um dado concreto da vida quotidiana, uma espécie de porto seguro que acolhe os indivíduos, e na qual sabem que podem confiar. “Ao

absorver-se a noção de tipificação e a noção de atitude natural, sente-se o pulsar da vida quotidiana, a pressa do tempo, a pressão do imperativo pragmático”. (Correia, 2009:60).

Por outro lado, esta realidade que nos parece tipificada, ou seja, *natural*, é na verdade construída, em grande parte pelos media, que funcionam como agentes do processo que Berger & Luckman (1994) identificaram como institucionalização das práticas quotidianas. No mesmo sentido, Robert Park (1976) confere um novo estatuto à notícia, olhando para o jornalismo como instituição que auxilia o funcionamento da sociedade, sobretudo através de um processo interventivo na mediatização do real. A notícia teria, assim, a função de orientação dos agentes sociais no mundo, veiculando conteúdos que se tornam relevantes para a manutenção da ordem social.

Miguel Rodrigo Alsina (1996) concorda com a visão de que a construção da realidade social está dependente da prática jornalística, embora não se reduza a esta. Significa isto que, embora o jornalismo seja uma atividade legítima e especializada na construção de uma realidade pública e socialmente relevante, para Alsina (1996) faz todo o sentido que a interação das audiências seja um fator a considerar, já que o processo de construção social da realidade engloba a produção, a circulação e o reconhecimento. Segundo o autor, os jornalistas constituem-se como mediadores reconhecidos e creditados, existindo uma espécie de contrato entre estes e o público, reconhecido e definido social e historicamente. A complexidade da realidade é trabalhada na prática jornalística por autores creditados e especializados – os jornalistas – (Alsina, 1996), pelo que a transformação do acontecimento em notícia resulta de processos rotineiros complexos, de esquemas interpretativos, de cultura profissional e de critérios de seleção dos acontecimentos. Neste sentido, a realidade que nos é transmitida pelos meios à disposição não é transparente, mas antes mediada entre os que lhe dão forma de narração, convertendo-a numa realidade pública. (Alsina, 1996).

O facto de o jornalismo estar vinculado ao uso da linguagem e, inevitavelmente, à própria comunicação, facilita a partilha, a sedimentação do conhecimento e a transformação da experiência subjetiva, interna aos agentes, numa realidade objetiva, que se transforma no acervo de conhecimentos exterior aos sujeitos, independentemente da aproximação, ou não, à experiência de cada indivíduo. No caso da atualidade

jornalística, esta é, por vezes, marcada por notícias que são frequentemente emitidas pelos meios e se prolongam no tempo, sedimentando o conhecimento acerca das mesmas. Porém, somente uma parte das experiências fica retida na memória, sendo a linguagem o meio através do qual se dá essa sedimentação. Só através desta é possível que se objetivem novas experiências e se fortaleçam as já existentes (Berger & Luckman, 1994). Na constatação do que é a realidade, a linguagem assume-se como fundamental em todo o processo, permitindo a compreensão da vida quotidiana (Berger & Luckman, 1994; Schutz, 1974).

Uma ideia central para o tema em questão, parte do modo como, enquanto organizações especializadas, os media participam na formulação dos significados partilhados, ao nível da instauração de rotinas, procedimentos burocráticos e mecanismos de tipificação. Quando pensada esta questão em relação ao jornalismo, Correia refere que “o recurso a esquemas cognitivos marcados por esta busca de familiaridade e tipicidade conduz a uma visão convencional associada ao senso comum” (2009:62). Trata-se de uma prática profissional vinculada a procedimentos rotineiros que funcionam como esquemas de reprodução da realidade. Uma reprodução de conhecimento que o próprio jornalismo produz mas que é, ao mesmo tempo, forma de reprodução de conhecimento produzido por outras instituições sociais (Meditsch, 1997). A visão do jornalismo como mero transmissor de conhecimento é redutora, a este nível, e insuficiente para a compreensão do seu papel no processo de cognição social (*idibem*).

No que concerne às tipificações, o jornalismo é visto, por vezes, como reforço e retrato das representações diárias, do conhecimento do senso comum, tendo especial dificuldade em ultrapassar as barreiras que encerram uma realidade dominante. Isto porque recorre a esquemas cognitivos ligados à vida diária, a narrativas estandardizadas e padronizadas, de modo a conquistar o agrado das audiências (Correia, 2009).

No decurso do processo de objetivação de significados, a coesão social e a tranquilidade individual e coletiva têm tendência a exorcizar a incerteza. Isto é, dentro de um certo espírito em que assentam muitas das certezas adquiridas em comum, formula-se um universo de pressupostos que tende a lidar mal com as realidades que desafiem tais certezas e pressupostos (Correia, 2009:88).

A abertura à mudança....

Contudo, novas possibilidades se encetam, sobretudo quando o jornalismo se vê confrontado não só pela crítica pública, como também pelas constantes transformações no seio do campo. As lutas pela concorrência, o desejo de corresponder aos interesses das audiências, a fragmentação do mercado, a necessidade de respeitar as regras éticas e deontológicas, a cultura profissional, a disputa entre fontes (Correia, 2009) e a proliferação de inúmeros canais informativos, impõem novos desafios às empresas jornalísticas. Nesse cenário, o jornalismo abre-se à diferença e possibilita o desenraizamento, permitindo o estabelecimento de pontes com realidades diversas da vida quotidiana, através da atuação para lá da fronteira das tipificações e reconhecimento de campos diferenciados (Correia, 2009). A estas novas possibilidades do mundo real, Schutz (1974) dá o nome de *realidades múltiplas* - âmbitos finitos dotados de significado e de sentido. Para o autor, o mundo está organizado em diferentes estratos da realidade, incluindo não apenas o que se encontra ao alcance dos indivíduos, mas também as zonas adjacentes abertas, sem fronteiras rígidas e frágeis à mudança. Trata-se de um mundo que é palco de interpretações e realidades diversas que escapam aos limites da standardização e dos dados tidos como adquiridos. Estes âmbitos finitos de significado têm características particulares e estilos cognitivos que lhes são próprios. Assim, é possível caracterizar e distinguir aquilo que constitui cada uma dessas realidades, não só na relação que mantêm entre si, como também relativamente ao universo dominante. Trata-se de avaliar o que se enquadra em cada um desses universos particulares de significado, de esquemas interpretativos que auxiliam os sujeitos na determinação dos acontecimentos para os quais devem, ou não, dirigir a sua atenção (Correia, 2009).

No jornalismo, este aspeto torna-se particularmente importante, estando associado à noção de *frame*, ou enquadramento. Através deste, o jornalista interpreta um determinado assunto de acordo com pressuposições e critérios avaliativos fundamentais para a sua inclusão ou exclusão. Isto é, através do enquadramento, o jornalista avalia e seleciona as partes da realidade que merecem ser transformadas em notícia (Correia, 2009).

Esse esquema com que se delimita uma província de significado finito, o conjunto de premissas assumidas que permitem constitui-la como dizendo quais as regras que funcionam para a sua delimitação e o que pode ou não fazer parte dessa província de significado finito, parece-se consideravelmente com o que viria a ser verbalizado de forma mais explícita na *frame analysis*, tal como seria detalhadamente trabalhada por Goffman ou Bateson (Correia, 2009:67).

O *frame* traduz-se numa instância avaliativa, permitindo que o jornalista localize, perceba e identifique um conjunto de ocorrências, submetendo as suas características a um grupo de regras que permitem a sua integração num determinado universo limitado. Contudo, tal como alerta Correia (2009), o *frame* tem por base um princípio abstrato, sendo diferente da sua manifestação simbólica, pelo que é necessário distingui-lo do texto através do qual se expressa.

De acordo com o referido, concordamos com Correia no sentido de que o papel dos media na construção de significados comuns e intersubjetivos da vida quotidiana só é verdadeiramente compreendido se se levar em conta a “interacção entre acontecimentos, significados culturais, contratos de leitura e enquadramentos providos do campo noticioso” (2009:46).

Notas finais

A aplicação das teorias construcionistas de carácter fenomenológico ao estudo do jornalismo possibilitou a superação de paradigmas que abordavam os media noticiosos sob o ponto de vista dos seus efeitos e avaliavam a capacidade de *manipulação*, *persuasão* ou *influência* destes. A noção de construção social da realidade aplicada ao jornalismo permite agora debater o seu papel de *mediação* na sociedade. Ou seja, como este funciona enquanto mediador entre o homem e a realidade envolvente, contribuindo para que adquira conhecimento sobre esta realidade, para a criação de sentidos do e para o mundo (Esteves, 2011: 369).

Por meio do efeito de agenda que exercem, os media desempenham um papel central na distribuição social do conhecimento e influenciam os sistemas de relevância (introduzem, amplificam e tornam generalizáveis os interesses relativos dos atores sociais) (Correia, 2004: 184).

Esta perspectiva construcionista e cognitiva também permitiu aos estudos sobre o jornalismo, que se ocupavam das rotinas profissionais e dos procedimentos burocráticos envolvidos na produção das notícias, recuperar autores clássicos como Walter Lippmann e Robert Park, dando maior complexidade e interdisciplinaridade ao debate. A questão central é a de refletir sobre como se dá a relação mediada (através dos media) com o mundo que nos rodeia e como as sociedades passam a administrar os novos conhecimentos gerados neste processo (Esteves, 2011: 385).

Ressalva-se que o papel de mediador do jornalismo é frequentemente criticado por reforçar a realidade dominante com recurso à padronização das narrativas e ao fortalecimento das tipificações. Por outro lado, este confronto crítico, por vezes, abre possibilidades de representação de realidades múltiplas. Quando acontece, permite-se a travessia entre o espaço do quotidiano, do senso comum, da *atitude natural*, para outros lugares de significado que exigem reflexão e capacidade crítica.

Referências Bibliográficas

Alsina, M. R. (1996) *La Construcción de la Noticia*. Barcelona: Ediciones Paidós.

Anchieta, I. (2011) O Paradoxal Estatuto do Conhecimento Jornalístico: Entre a Desconsideração e o Protagonismo do Saber Produzido pelas Notícias nas Sociedades Modernas. In: *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, no. 2, pp. 157-174.

Bell, D. (1962) (2ªed.) *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*. New York: Collier.

Berger, P. & Luckmann, T. (1994) *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes.

Correia, J. C. (2007) *Jornalismo e Realidades Múltiplas: O Arrastão e a Representação Mediática das Identidades* [On Line]. In: *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

[<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-identidades-multiplas.pdf>, acessado em 17/06/2012].

Correia, J. C. (2009) Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais. Covilhã: Labcom – Universidade da Beira Interior.

Esteves, J. P. (2011) Sociologia da Comunicação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fontcuberta, M. (1999) A Notícia: Pistas para Compreender o Mundo. Lisboa: Editorial Notícias.

Innerarity, D. (2009) A Sociedade Invisível: Como Observar e Interpretar as Transformações do Mundo Atual. Lisboa: Teorema.

Junior, A. (2005) Telejornalismo: O Conhecimento do Cotidiano. In: Estudos em Jornalismo e Mídia, no.2, pp. 83-93.

McQuail, D. (2003) Teoria da Comunicação de Massas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

McNair, B. (1998) The sociology of Journalism. Nova Iorque: Oxford University Press.

Meditsch, E. (1997) O Jornalismo é uma Forma de Conhecimento? [On Line]. In: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

[<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>, acessado em 17/06/2012].

Park, R. (1976) A Notícia como Forma de Conhecimento. In: Steinberg - Meios de Comunicação de Massa. São Paulo: Cultrix.

Saperas, E. (1993) Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas: As Recentes Investigações em Torno dos Efeitos da Comunicação de Massas, 1970-1986. Porto: Asa.

Schutz, A. (1974) El Problema de la Realidad Social. Buenos Aires: Amorrortu.

Silverblatt, A. (2004) Media as Social Institution. In: American Behavioral Scientist, no.2, pp: 35-41.

Sousa, J. P. (2006) Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Wolf, M. (1995) (4ªed.) Teorias da Comunicação. Queluz de Baixo: Editorial Presença.